



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE LEI N.º 317/XII QUE
“CRIA O INVENTÁRIO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 1408 Proc. n.º 02-08
Data: 015/05/08 N.º 147/X

PONTA DELGADA, 05 DE MAIO DE 2015



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

CAPÍTULO I

Introdução

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reuniu, no dia 05 de maio de 2015, na delegação da Assembleia Legislativa em Ponta Delgada, com o objetivo de apreciar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, sobre a Proposta de Lei n.º 317/XII que “Cria o Inventário Nacional dos Profissionais de Saúde.”

A mencionada Proposta de Lei n.º 317/XII deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 17 de abril de 2015 e foi submetida à apreciação da Comissão Permanente de Assuntos Sociais para apreciação e emissão de parecer.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

A Proposta de Lei em apreciação foi enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para audição, por despacho da Senhora Chefe de Gabinete de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, com pedido de parecer no prazo de 20 dias.

A apreciação da presente Proposta de Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e no n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro.

Considerando a matéria da presente iniciativa, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

CAPÍTULO III

Apreciação na generalidade

A Proposta de Lei ora em apreciação visa – cf. n.º 1 do artigo 1.º – criar “o Inventário Nacional dos Profissionais de Saúde (INPS) e estabelece o correspondente regime de funcionamento.”

Acrescentado o n.º 2 do artigo 1.º que “O INPS constitui um instrumento de planeamento das necessidades de profissionais de saúde no setor público, privado e social, bem como de coordenação das políticas de recursos humanos no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.”

A presente iniciativa “abrange os profissionais de saúde que exercem profissões regulamentadas, nos termos da Portaria n.º 35/2012, de 3 de fevereiro, bem como os profissionais das terapêuticas não convencionais que prestem cuidados de saúde no setor público, privado e social, devendo o respetivo registo ser feito nos termos dos números seguintes.” [cf. n.º 1 do artigo 3.º]

A iniciativa começa por referir, em sede de exposição de motivos, que “Constitui responsabilidade do Estado garantir o direito à proteção na saúde através da identificação daquelas profissões que podem intervir, dentro da sua área de competência profissional, sobre um bem essencial do ser humano que é a saúde.”

Acrescentando-se, logo de seguida, que “O cumprimento desta obrigação só é exequível se existir um inventário nacional de profissionais de saúde que, assente num sistema de informação, permita identificar todos os profissionais de saúde habilitados para exercer a respetiva atividade.”

Ademais, relembra-se que “A Base XV da Lei de Bases da Saúde aprovada pela Lei n.º 48/90, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, prevê que o Ministério da Saúde organiza um registo nacional de todos os profissionais de saúde.”



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Assim, conclui-se que “o Inventário Nacional dos Profissionais de Saúde, que agora se cria, ao congregar a informação sobre os profissionais de saúde, contribuirá para uma maior eficiência no planeamento das necessidades de profissionais de saúde e a coordenação das políticas de recursos humanos no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.”

Por fim, consagra-se que “a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., é a entidade que tem a responsabilidade de gestão dos recursos humanos do sistema de saúde, em particular do Serviço Nacional de Saúde, pelo que caberá a esta entidade a responsabilidade de gerir e atualizar o inventário nacional dos profissionais de saúde.”

CAPÍTULO IV

Apreciação na especialidade

Nada a registar.

CAPÍTULO V

Parecer

A Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberou, por maioria nada ter a opor à aprovação da Proposta de Lei n.º 317/XII que “Cria o Inventário Nacional dos Profissionais de Saúde”, com os votos a favor por parte do PS, PSD e PPM e com o voto contra por parte do CDS-PP.

O PCP, com assento na Comissão mas sem direito a voto, não se pronunciou sobre o assunto.

A Comissão promoveu a consulta da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda (nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma vez que esta não integra a Comissão Permanente de Assuntos Sociais), que não se pronunciou sobre o assunto.

Ponta Delgada, 05 de maio de 2015.

A Relatora

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Arlinda Nunes'.

(Arlinda Nunes)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Catarina Moniz Furtado'.

(Catarina Moniz Furtado)